



SEÇÃO LIVRE

Ícone de um passado a ser esquecido: a demolição de uma igreja católica no contexto de decadência do Estado Imperial brasileiro

Icon of a past to be forgotten: the demolition of a Catholic church in the context of decadence of the Brazilian Imperial State

Icono de un pasado a ser olvidado: la demolición de una iglesia católica en el contexto de la decadencia del Estado Imperial brasileño

Alexandre Karsburg

orcid.org/0000-0002-1527-5176
alexkarsburg@yahoo.com.br

Recebido em: 15/1/2019.

Aprovado em: 8/5/2019.

Publicado em: 21/12/2020.

Resumo: Este artigo analisa as controvérsias surgidas entre representantes da Igreja católica e vereadores municipais de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul, pela decisão em demolir ou não uma igreja matriz. De um lado, estavam o padre local e o bispo empenhados na preservação do prédio católico; do outro, vereadores buscando o aval do governo provincial e da própria Igreja para demolir o templo, argumentando que seu "aspecto miserável" era vergonhoso para a cidade moderna que se queria construir. Para refletir a respeito dessa desavença, sucedida entre 1884 e 1888, é preciso, primeiro, analisar o que levou a matriz a chegar ao seu aspecto ruinoso. Para isso, iremos utilizar as correspondências trocadas entre a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria e o governo provincial. Em um segundo momento deste artigo, se fará necessário explicar os significados daquela igreja e as ideias que estavam por trás da tentativa de derrubá-la. Acreditamos que a expectativa da chegada da ferrovia à cidade fez com que os vereadores tomassem atitudes controversas, gerando tensão com os representantes da Igreja católica e do governo provincial. Como contexto geral, temos as relações entre religião, política e modernidade na segunda metade do século XIX, revelando conflitos entre Igreja e Estado no final do Império e início da República.

Palavras-chave: Brasil Império. Modernidade. Religião. Política. Século XIX.

Abstract: This article analyzes the controversies that arose between representatives of the Catholic Church and municipal councilors of Santa Maria, in the interior of Rio Grande do Sul, for the decision to demolish or not a church. On one side were the local priest and the bishop engaged in the preservation of the Catholic building; on the other, city councilors seeking the endorsement of the provincial government and the Church itself to demolish the temple, arguing that their "miserable appearance" was shameful for the modern city they wanted to build. To reflect on this disagreement, which occurred between 1884 and 1888, we must first analyze what led the matrix to arrive at its ruinous aspect. For this, we will use the correspondence exchanged between the City Council of Santa Maria and the provincial government. In a second point of this article, it will be necessary to explain the meanings of that church and the ideas that were behind the attempt to overthrow it. We believe that the expectation of the arrival of the railway to the city caused the councilmen to take controversial positions, generating tension with the representatives of the Catholic Church and the provincial government. As a general context, we have the relations between religion, politics and modernity in the second half of the nineteenth century, revealing conflicts between Church and State at the end of the Empire and the beginning of the Republic.

Keywords: Brazil Empire. Modernity. Religion. Politics. Nineteenth Century.



Resumen: Este artículo analiza las controversias que surgieron entre los representantes de la Iglesia Católica y los concejales municipales de Santa María, en el interior de Rio Grande do Sul, por la decisión de demoler o no una iglesia parroquial. Por un lado, estaban lo sacerdote local y obispo comprometidos con la preservación del edificio católico; Por otro lado, los concejales que buscan la aprobación del gobierno provincial y de la jerarquía de la Iglesia para demoler el templo, argumentando que su "aspecto miserable" era vergonzoso para la ciudad moderna que se quería construir. Para reflexionar sobre este desacuerdo, que ocurrió entre 1884 y 1888, es necesario, primero, analizar qué llevó a la matriz a alcanzar su aspecto ruinoso. Para ello, utilizaremos la correspondencia intercambiada entre la Cámara del Ayuntamiento de Santa María y el gobierno provincial. En una segunda parte de este artículo, será necesario explicar los significados de esa iglesia y las ideas que estaban detrás del intento de derrocarla. Creemos que la expectativa de la llegada del ferrocarril a la ciudad hizo que los concejales tomaran actitudes controvertidas, generando tensión con los representantes de la Iglesia Católica y el gobierno provincial. Como contexto general, tenemos las relaciones entre religión, política y modernidad en la segunda mitad del siglo XIX, revelando conflictos entre la Iglesia y el Estado al final del Imperio y el comienzo de la República.

Palabras clave: Imperio de Brasil. Modernidad. Religión. Política. Siglo XIX.

Introdução

Localizada no centro geográfico do Rio Grande do Sul, Santa Maria da Boca do Monte é conhecida por várias denominações: cidade ferroviária, cidade universitária, cidade militar e cidade mais católica do interior do estado.¹ O caso da matriz católica de Santa Maria aconteceu entre 1884 e 1888, envolvendo a Câmara Municipal de Vereadores, o pároco local e os poderes centrais em Porto Alegre:

bispado e governo provincial. No centro da controvérsia estava o dilema a respeito da demolição ou não da igreja matriz da cidade. Durante quatro anos as partes envolvidas discutiram sobre as necessidades da derrubada do templo e a quem caberia a decisão final sobre tal procedimento.

Ao investigarmos este processo,² percebemos que havia um elemento importante a ser considerado: a chegada da ferrovia à Santa Maria na década de 1880. Esse seria uma espécie de "acontecimento criador", ou seja, um fato que passou a alterar as estruturas tradicionais e as substituiu por novas (BURKE, 1992, p. 329). A expectativa em ter esse símbolo da modernidade – a ferrovia – fez com que alguns vereadores locais³ se empenhassem de forma dinâmica, quando não agressiva, na construção de uma nova configuração social, política e cultural para a cidade, interferindo em hábitos e costumes tradicionais.

A década de 1880 foi o período em que a população de Santa Maria percebeu nos trilhos do trem a chegada do progresso. E mais: por sua localização geográfica, havia a expectativa da cidade se tornar o centro da malha ferroviária do Rio Grande do Sul. Por esses motivos, os vereadores⁴ se empenharam em modernizar o centro, apoiando quem quisesse mudar a arquitetura das casas, dos prédios, ampliar ruas, cultivar novos hábitos e costumes na população, construir teatros.⁵ A igreja matriz católica,⁶ localizada em um

¹ Cada designação tem a sua história, motivos e interesses, mas, no campo religioso, é uma Romaria que faz com que Santa Maria seja considerada uma cidadela católica. A devoção a Nossa Senhora da Medianeira foi trazida pelo clero diocesano na década de 1930, e alguns anos depois teve início a festa em sua homenagem (BIASOLI, 2010). Nossa Senhora Medianeira é, desde 1942, padroeira do Rio Grande do Sul, atraindo, ano após ano, grande quantidade de romeiros. Em 2017, aproximadamente 300 mil fiéis estiverem presentes na romaria. VENTURINI, Suellen; CERETTA, Thays. Lições de fé e devoção na Romaria da Medianeira. *Jornal Diário de Santa Maria*, Santa Maria, 13 nov. 2017. Disponível em: <http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policia/noticia/2017/11/liceos-de-fe-e-devocao-na-romaria-da-medianeira-9993719.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

² Este artigo faz parte de um projeto maior que tem por objetivo analisar o processo de criação e expansão das dioceses no Rio Grande do Sul, iniciando em 1848 (data da criação da primeira diocese na província) e finalizando no contexto do Estado Novo (1937-1945). Como ponto de partida para a elaboração deste artigo, foi utilizado o livro de Karsburg (2007). Porém, o presente texto contém maior aprofundamento analítico, além de apresentar mais fontes históricas e bibliográficas.

³ Vereadores que pertenciam ou eram próximos a uma "elite econômica" local, bem como eram respaldados por uma "elite intelectual" que abrangia juizes, promotores, funcionários públicos, advogados, engenheiros, médicos, farmacêuticos, jornalistas, professores, industriais e comerciantes em geral. Baseamos nosso entendimento de "elites" a partir de: HEINZ, 2006.

⁴ Mesmo que houvesse diferenças partidárias entre os vereadores, os documentos que serão aqui utilizados foram sempre feitos em nome da Câmara Municipal de Vereadores, ou seja, era o conjunto de vereadores e não um ou outro que aprovavam as medidas.

⁵ O conceito de modernidade para os vereadores santa-marienses do final do século XIX era mais prático do que teórico, portanto, a modernidade que buscavam se traduzia em: transformações de hábitos e costumes, controle sobre a população desocupada, regulamentação de terras, abertura e melhoramento de ruas, edificação de prédios e empenho para trazer serviços públicos como bancos, correios e telégrafo. Seus discursos foram por mim analisados a partir das Atas da Câmara Municipal, entre 1858 e 1889, correspondências da Intendência Municipal, além de consulta à bibliografia que estudou tal assunto (ZAMBON, 1995; RANGEL, 1996; FLORES, 2006; RODRIGUES, 2005).

⁶ A igreja matriz de Santa Maria foi erguida entre 1807 e 1808, tendo como administrador da obra o Capitão Manoel Carneiro da Fontoura, sendo que sua olataria, a primeira de Santa Maria, forneceu os tijolos para tal empreitada (SCHILLING, 2005, p. 51-52). Na década de 1860 foi proibido continuar enterrando pessoas dentro ou ao redor da igreja, o que representava uma mudança nos hábitos da população, conforme se pode constatar pela dissertação de mestrado de Flores (2006) ou, de forma mais abrangente, na obra de RODRIGUES, 2005.

ponto que impedia tais medidas, apresentava-se em ruínas, destoando da ideia de modernidade⁷ que se pretendia implantar em Santa Maria.

Nos últimos anos do regime monárquico no Brasil, era forte a oposição entre liberais e católicos, com ambos lutando para limitar a influência de um ou de outro no campo político e, por consequência, no social. A Igreja de fato pretendia manter, e até ampliar, essa influência (COLUSSI, 2003; VÉSCIO, 2001; BIASOLI, 2010). No entanto, não iremos inserir tudo o que acontecia naquele tempo dentro de um contexto de dualidade, pois isso tiraria da história o seu dinamismo e complexidade, deixando-a um tanto simples de entender. Não se pode negar a oposição entre políticos e clero católico, contudo, procuraremos acrescentar mais elementos a essa história para permitir uma releitura do processo que desencadeou na demolição da velha matriz.

Esta pesquisa se pauta em alguns pressupostos metodológicos. O principal é analisar os fatos a partir do cruzamento de distintos contextos, com o máximo possível de fontes de origem diversa. O objetivo é tentar não incorrer no equívoco de condicionar este ou aquele episódio a um único determinante, algo imprescindível para que não ocorra o reducionismo, e que o caso analisado não sirva para generalizações apressadas. Do mesmo modo, descartamos o que de forma recorrente acontece nas pesquisas históricas: a construção de um contexto geral apresentado no início do estudo para produzir um efeito de realidade em torno do objeto da pesquisa. Recusamos que possa existir um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinam suas escolhas e os fatos se explicam. Segundo Jacques Revel, "trata-se de uma noção

que muitas vezes foi objeto de um uso cômodo e preguiçoso nas ciências sociais e especialmente na história" (REVEL, 1998, p. 27). Como hipótese, acreditamos que a derrubada da velha matriz foi o amálgama de fatos recentes com um processo de longa duração: respectivamente, a chegada da ferrovia e um regime político-administrativo que se mostrava ineficiente para gerir a manutenção de igrejas matrizes.

Tensão e confronto em torno de uma velha igreja

As controvérsias que tiveram por desfecho a derrubada da igreja iniciaram em 1884, quando os vereadores de Santa Maria passaram a pressionar o governo provincial para que autorizasse a demolição do templo. Não dispostos a esperar o dinheiro para reformar a matriz – o valor deveria vir dos cofres da província –, os vereadores decidiram, tendo por laudo o relatório de dois peritos,⁸ que poriam abaixo o "casebre assoreado", o prédio que "servia de espantalho aos transeuntes",⁹ ou seja, a antiga igreja que tinha servido de matriz aos santa-marienses por quase um século. Apesar de estarem resolutos, os vereadores ainda aguardariam quatro anos para consumir o fato. A capela prestes a desabar e escorada com grossas vigas de madeiras só iria ao chão no dia 28 de dezembro de 1888. E por que essa demora?

Antes de decidirem pela demolição, os vereadores procuraram o apoio do vigário local, o padre Marcelino de Souza Bittencourt. Pároco de Santa Maria desde 1866, padre Marcelino concordou com o laudo dos peritos, mas não aceitou que a igreja devesse ser demolida, ou antes, que a decisão final viesse dos políticos e não do bispo

⁷ Conceito complexo e bastante discutido, a noção corrente de modernidade no Brasil, de finais do século XIX e início do XX, dizia respeito, dentre outros, ao progresso material, técnico e urbano. Para a maioria dos políticos e comerciantes urbanos, a modernidade se traduzia em modificações que iam desde mudanças arquitetônicas de prédios, alargamento de ruas, construção de praças, até a higienização dos espaços públicos. Também envolvia novos valores culturais, como a ética do trabalho e normatização dos costumes, incluso nesse ponto uma vivência religiosa diferente (BERMANN, 1986; GOODWIN JR, 1997; DUPAS, 2006). Para uma discussão mais aprofundada do sentido de modernidade na literatura, nas instituições e no imaginário do século XIX, consultar: PESAVENTO, 1999; DOMINGUES, 2002; MATTOS, 2016.

⁸ O laudo dos peritos consta no relatório feito pelos vereadores Basílio Francisco de Queirós e Frederico Haeffner enviado à Câmara Municipal de Santa Maria no dia 20 de junho de 1884. Fundo Câmara Municipal. Livro documentos 1868 a 1889, n. 1. Documento 150, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria – ACMSM.

⁹ PORTO, Júlio Gomes; NIEDERAUER, Frederico Guilherme; QUEIROZ, Basílio de; KREBS SOBRINHO, Frederico; KRUEL, José Carlos; ROTH, Jacob (vereadores) | **Correspondência**. Destinatário: Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, Santa Maria, 15 jan. 1885. Pasta da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria. Documentos avulsos. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

diocesano.¹⁰ Padre Marcelino vinha requisitando, desde algum tempo, verba do governo provincial para reformar o antigo templo, mas seus pedidos não obtinham resposta. Solicitou ajuda do bispo em Porto Alegre, argumentando que a igreja estava em ruínas há vários anos sem que os vereadores disso se importassem.¹¹ O padre tomou a iniciativa de escorar uma das paredes com três vigas de madeira para conter o desabamento da parede do lado leste, já que ameaçava os fiéis principalmente em dias de Festa do Divino Espírito Santo. Os vereadores reclamavam ao bispo e ao governo a urgência da demolição, pois que nos dias da Festa do Divino – significativo evento religioso em todo o Império¹² – por concorrência de muito povo, uma tragédia ocorreria caso o templo viesse a desabar.

O presidente da província não se pronunciou em relação ao caso. Diante do silêncio do governo e ao encontrarem no pároco um forte opositor à demolição, bem como no bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, os vereadores ficaram de "mãos atadas", sem saber o que fazer. Por isso a demora em desmanchar o templo. A troca de correspondências e ofícios, entre 1884 e 1888, foi intensa.¹³ De um lado os políticos buscando uma saída legal para demolir a velha matriz e tornar o centro da cidade um local que se parecesse com uma cidade moderna, com avenidas largas e prédios vistosos, praças de lazer e hábitos

salutares.¹⁴ Do outro, padre e bispo barrando o ímpeto "iconoclasta" dos políticos acreditando que a sacralidade de uma igreja jamais deveria ser violada, e, se quisessem demolir o templo, que logo se empenhassem na construção de uma nova matriz, aproveitando as pedras da antiga.

Alguns episódios em sequência enfraqueceram a resistência daqueles que eram contra a derrubada da matriz. Primeiramente, o próprio padre Marcelino Bittencourt conseguiu sua transferência para Porto Alegre, em março de 1887.¹⁵ O segundo fato foi a morte do bispo, Dom Sebastião Dias Laranjeira, em agosto de 1888. O período em que o poder diocesano esteve sem o seu representante maior foi bem aproveitado pelos políticos santa-marienses que, rapidamente, trataram de concretizar, por meios legais, a demolição do templo.¹⁶ Porém, para isso acontecer, precisaram, antes, do apoio do novo pároco da cidade.

Em maio de 1887, para ocupar o cargo de pároco em Santa Maria, foi nomeado o padre Aquiles Parrela Catalano que, na condição de vigário encomendado,¹⁷ chegou à cidade e tomou providências quanto ao caso da velha matriz católica, escrevendo ao bispo e dando suas impressões sobre o estado físico do templo:

[...] Exm^o. Revm^o! Contristou-se no imo da alma entrar neste templo-matriz ameaçando ruínas e de aspecto medonho interiormente; a ponto que as ricas, custosas e proficientes alfaias, estas que com muito sacrifício e esmero, ad-

¹⁰ Na década de 1880, havia uma única diocese no Rio Grande do Sul, localizada em Porto Alegre, cujo bispo se chamava Dom Sebastião Dias Laranjeira. Santa Maria vai ser bispado somente em 1910, com o primeiro bispo assumindo em 1912.

¹¹ Tais informações se encontram em: BITTENCOURT, Marcelino de Souza [Correspondência]. Destinatário: Bispo dom Sebastião Dias Laranjeira. Santa Maria, 15 mar. 1885, Pasta da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria. Documentos avulsos, AHCMPTA.

¹² A festa do Divino Espírito Santo era uma das maiores e mais concorridas da cidade, uma vez que envolvia grande número de pessoas, tanto na organização quanto na participação nos dias do evento. Um estudo importante para entendermos os significados da Festa do Divino é o de: ABREU (1999).

¹³ São mais de 30 documentos entre Ofícios, Correspondências reservadas e telégrafos que atestam a importância da questão. Esse conjunto de fontes está localizado no AHRs (Arquivo Histórico do RS), APERS (Arquivo Público do RS), ACMSM (Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria) e AHCMPTA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre).

¹⁴ Com a chegada da ferrovia à Santa Maria, o centro da cidade deveria ganhar em amplitude. A Avenida do Progresso passaria a ser o eixo central da vida econômica, social, política e religiosa de Santa Maria. Os historiadores Murillo Marx (1980) e Dorval do Nascimento (2003) estudaram processo similar em outras cidades brasileiras do século XIX.

¹⁵ No dia 2 de março de 1887, retirou-se da paróquia de Santa Maria o padre Marcelino de Souza Bittencourt, depois de 21 anos de permanência na cidade. Foi assumir o cargo de cura da catedral de Porto Alegre, e "elevado à dignidade de cônego" (BELTRÃO, 1958, p. 78).

¹⁶ No dia 6 de novembro de 1888, a Câmara remeteu um ofício ao juiz Provedor de Capelas de Santa Maria para que este autorizasse a demolição da dita matriz. Atas da Câmara Municipal. Anos de 1888 a 1892, livro 4, p. 34 verso. ACMSM. O referido juiz, o Sr. José Maria Gonçalves Chagas, respondeu prontamente ao pedido dos impacientes políticos ordenando a demolição e a realização do leilão do material. CHAGAS, José Maria Gonçalves [Correspondência]. Destinatário: Câmara Municipal de Santa Maria, Santa Maria, 7 nov. 1888. Carta citada por: Belém (1933, p. 136-137) e Beltrão (1958, p. 81).

¹⁷ Vigário encomendado era nomeado pelo bispo para assumir uma paróquia provisoriamente, podendo ser transferido a qualquer momento. Já o Vigário colado era o padre que tinha feito concurso público para assumir o cargo em alguma paróquia. Este tipo de vigário não poderia ser transferido pelo bispo, somente pelo governo provincial. A estratégia da Igreja Católica no Brasil para ter algum poder sobre os vigários durante o período Imperial, época em que o padroado imperava, era nomear os padres como encomendados (BOEHRER, 1970, p. 161).

qu coasto o meu digno antecessor C6neo Jos6 Marcelino, no seu longo e inoxid6vel paroquiato, est6o ocultas em sem merecimento algum por assim dizer. [...] t6o ingente tesouro vive sepultado e sem brilho num casebre assoreado [...]. Com o Presidente da C6mara Municipal j6 teve duas confer6ncias, a fim de alisarem a prontifica6o do Imp6rio [Capela do Divino] [...], e sem perda de tempo meter-se ombros na realiza6o de se trasladarem, o quanto antes, as imagens, servindo, portanto, a dita Capela [do Divino] por Igreja Matriz.¹⁸

Aparentemente sintonizado com as intenc6es da C6mara Municipal, o padre n6o parecia interessado em manter a igreja em p6. Por6m, uma 6nica d6vida assaltava o padre Aquiles: "Aproveito o ensejo [...] [para que] possa V. Exa. [o bispo] orientar-me, facultando-me tamb6m, como devo agir no caso que a referida C6mara venha a demolir o velho templo".¹⁹

Mesmo sem saber o que fazer nesse sentido, Aquiles Catalano, no dia 5 de setembro de 1887, notificou ao presidente da C6mara Municipal, Francisco Jos6 Ferreira Camboim Filho, dizendo que as obras da Capela do Divino estavam terminadas, e que logo se faria a transfer6ncia das imagens da igreja matriz. Nesse mesmo of6cio, entretanto, num dos momentos mais emblem6ticos da quest6o que se arrastava desde 1884, padre Aquiles comunicou que estava autorizado:

Por V. Ex^a. o sr. Bispo diocesano a, de acordo com a C6mara Municipal, *demolir a referida igreja em ruínas*, a fim de que V. S^a. [presidente da C6mara] providencie no sentido de fazer-se tal demoli6o participando-me com anteced6ncia precisa a resolu6o que houve de tomar.²⁰ (grifo nosso)

Segundo esse of6cio, Dom Sebast6o Dias Laranjeira dera autoriza6o para se efetuar a demoli6o da velha matriz, talvez persuadido

pelo parecer escrito pelo pr6prio p6roco meses antes. J6 que o bispo n6o mais barrava a derrubada do velho templo, o epis6dio parecia estar chegando ao seu final.

O padre Aquiles Parrela Catalano, que era italiano naturalizado brasileiro, veio transferido da cidade de Cruz Alta e, t6o logo assumiu o cargo de vig6rio em Santa Maria, foi inclu6do entre os membros da comiss6o de constru6o da Capela do Divino.²¹ Ao escrever ao presidente da C6mara, falava em nome da comiss6o da qual fazia parte. Uma vez de posse desse of6cio escrito pelo padre, o presidente da C6mara Municipal, Francisco Jos6 Ferreira Camboim Filho, redigiu outro e destinou ambos ao governo provincial, informando que a demoli6o do templo era reclamada com toda a urg6ncia:

Ilustr6ssimo Ex^o Mons. – Passando 6s m6os de V. Ex^a. o of6cio junto, em original, que me foi dirigido pelo vig6rio desta par6quia [Aquiles Catalano], 6 de meu dever informar a V. Ex^a. que, achando-se com efeito em ruínas a velha igreja matriz desta cidade, a sua demoli6o 6 reclamada com toda urg6ncia. Como ver6 V. Ex^a. do citado of6cio junto, o Revm^o. Vig6rio desta par6quia, cientificando-me de que existe nesta cidade quem queira comprar os materiais da velha igreja, lembra o alvitre de serem eles removidos, para ser o seu produto empregado na constru6o dos altares, coro e o mais necess6rio 6 celebra6o do culto divino [...]. Mas que a venda destes materiais s6 poder6 ser feita em hasta p6blica e autorizada por V. Ex^a. Portanto, pe6o a V. Ex^a. com a urg6ncia que o caso reclama, as provid6ncias que entendem necess6rias sobre este assunto.²²

Conforme podemos averiguar nesses dois of6cios, do padre Aquiles e do presidente da C6mara, os poderes religioso e pol6tico de Santa Maria estavam de acordo com a demoli6o e o leil6o do material da velha igreja. Entretanto, somente tr6s meses depois o governo provincial deu sua resposta, declarando que cabia ao provedor

¹⁸ CATALANO, Aquiles Parrela [Correspond6ncia]. Destinat6rio: Bispo dom Sebast6o Dias Laranjeira. Santa Maria, 11 maio 1887. Pasta da Par6quia Nossa Senhora da Concei6o. Santa Maria. Documentos avulsos. AHCMPA.

¹⁹ CATALANO, Aquiles Parrela [Correspond6ncia]. Destinat6rio: Bispo dom Sebast6o Dias Laranjeira, Santa Maria, 11 maio 1887. Pasta da Par6quia Nossa Senhora da Concei6o. Santa Maria. Documentos avulsos. AHCMPA.

²⁰ CATALANO, Aquiles Parrela [Correspond6ncia]. Destinat6rio: Presidente da C6mara Municipal de Santa Maria, Santa Maria, 5 set. 1887. Pasta da Par6quia Nossa Senhora da Concei6o. Santa Maria. Documentos avulsos. AHCMPA.

²¹ Ao deixar a par6quia de Santa Maria, o padre Marcelino de Souza Bittencourt pediu ao governo da Prov6ncia a sua exonera6o do cargo de presidente da comiss6o das obras da Capela do Esp6rito Santo, propondo que o seu sucessor, o reverendo padre Aquiles Parrela Catalano, assumisse tal cargo. BITTENCOURT, Marcelino de Souza [Correspond6ncia]. Destinat6rio: Governo da Prov6ncia do RS, Santa Maria, 18 maio 1887. *Fundo Requerimento*. Ma6o 249. Ano 1887. AHRs. O novo p6roco assumiu o cargo de presidente, pois ele se comunicou em nome da dita comiss6o tanto com o bispado quanto com o presidente da C6mara Municipal de Santa Maria.

²² CAMBOIM FILHO, Francisco Jos6 Ferreira [Correspond6ncia]. Destinat6rio: Vice-presidente da Prov6ncia, Santa Maria, 5 set. 1887. Pasta da Par6quia Nossa Senhora da Concei6o, Santa Maria. Documentos avulsos. AHCMPA.

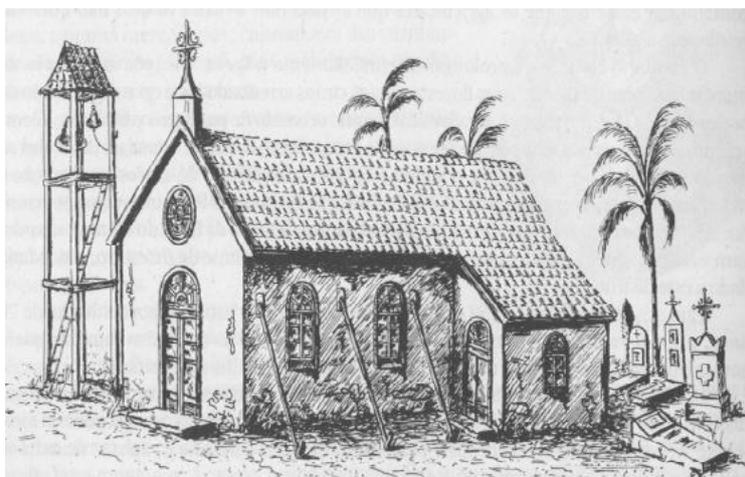
de Capelas e juiz de Direito providenciar sobre a demolição e a venda do material do ruinoso templo em "hasta pública".²³

A morosidade da Justiça fez com que a decisão em derrubar a matriz se estendesse por mais alguns meses. Foi nesse meio tempo que o bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira faleceu, em agosto de 1888. Para pôr um ponto final na questão da matriz, e ciente de que o poder diocesano estava vago, o vereador do Partido Liberal, João Daudt, relembrou aos seus colegas da Câmara que a matriz continuava lá, inoperante desde outubro de 1887, quando as imagens santas foram transferidas para a Capela do Divino. Então, nesse mesmo dia 6 de novembro de 1888, a Câmara remeteu um ofício ao juiz Provedor de Capelas de Santa

Maria para que esse procedesse a ordem de autorizar, finalmente, a demolição da dita matriz.²⁴

Depois desse ofício, tudo se resolveu rapidamente. No dia 20 de dezembro de 1888, aconteceu o leilão público onde se colocou à venda as pedras da igreja que tinha servido de matriz para Santa Maria, sendo o arrematante o farmacêutico João Daudt Filho.²⁵ Pela quantia de duzentos e cinco mil réis – preço estipulado pelos peritos –, Daudt Filho ficou responsável pela demolição e limpeza do lugar.²⁶ Então, oito dias depois, os moradores da cidade assistiram a demolição da velha igreja que servia de matriz para a paróquia havia 80 anos. Talvez a única representação dela seja a pintura em bico de pena feita, possivelmente, em 1884, conforme é possível ver na Figura 1.

Figura 1 – Antiga igreja matriz de Santa Maria



Antiga igreja matriz de Santa Maria da Boca do Monte com cemitério ao fundo.

Fonte: Reprodução do acervo de imagens do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria/RS.

O episódio, contudo, ganharia outros dobramentos, a começar pela reação do novo pároco de Santa Maria, o padre Aquiles Catalano, que ficou indignado ao tomar conhecimento que os materiais da octogenária igreja foram vendidos

por tão acanhado valor e que de suas pedras seria construído um Teatro, chamado de Treze de Maio. O sacerdote recorreu à diocese em Porto Alegre, contudo, seus argumentos não surtiram efeito algum. Na verdade, o padre acabou por

²³ GOVERNO PROVINCIAL DO RS [Ofício]. Destinatário: Câmara Municipal de Santa Maria, Porto Alegre, 17 dez. 1887. Pasta da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria. Documentos avulsos. AHCMCA.

²⁴ CÂMARA MUNICIPAL de Santa Maria [Ofício]. Destinatário: José Maria Gonçalves Chagas, Juiz Provedor de Capelas de Santa Maria, Santa Maria, 6 nov. 1888. Atas da Câmara Municipal de Santa Maria, Anos de 1888 a 1892, livro 4, p. 34 verso. ACMSM.

²⁵ Seu pai era o vereador João Daudt, comerciante, católico e membro do Partido Liberal. João Daudt Filho era farmacêutico formado no Rio de Janeiro, não era membro de partidos políticos, mas mantinha relações próximas com homens de ideário liberal na política, como Felipe Alves de Oliveira, Germano Hasslocher e Gaspar da Silveira Martins, por exemplo. Idealizava a construção de um teatro na cidade, aproveitando a ocasião para arrematar as pedras da velha matriz para concretizar seu objetivo.

²⁶ Conforme ordem do juiz Provedor de Capelas da cidade de Santa Maria da Boca do Monte: CHAGAS, José Maria Gonçalves [Ofício]. Destinatário: João Daudt Filho, Santa Maria, 20 nov. 1888. Testamentos. Santa Maria. Ano 1888. Maço 3, n. 143. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS.

se colocar em uma situação delicada perante o representante do bispado, já que tinha apoiado a demolição dizendo estar autorizado pelo finado bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira. O problema é que tal licença não fora encontrada pelo bispo interino em Porto Alegre, e, sem o documento, parte da culpa pela demolição da matriz recaiu no padre Aquiles Catalano, qualificado, então, como um sacerdote "insubordinado" e "nada zeloso para com os assuntos da religião".²⁷

O simbolismo de uma matriz em ruínas

Mesmo sem a anuência do presidente da província, os vereadores decidiram autorizar a demolição da matriz. Essa atitude dos políticos santa-marienses de enfrentar o poder do governo pode ser considerada uma crítica contra a lentidão, inoperância e excesso de burocracia que cercava as estruturas do poder imperial como um todo, entendido como demasiado centralista e pouco atento às necessidades das paragens mais distantes da Corte.²⁸

Os vereadores santa-marienses se mostraram até certo ponto pacientes ao aguardarem uma decisão favorável à demolição. Foram quatro anos entre o laudo dos peritos e a derrubada de fato do templo católico. Porém, nesse meio tempo, escreveram documentos reclamando "da prepotência do governo provincial" e da "falta de liberdade por causa da ação despótica do centro imperial". Através de um relatório feito pela Câmara de Santa Maria e apresentado à Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul no final do ano de 1885, os vereadores da gestão 1883-1886 externaram todo seu descontentamento.²⁹

Tratando de assuntos variados, os vereadores queriam expor a situação do município, enumerando as várias necessidades do local e seus esforços para bem atender as demandas da população, apesar da total falta de meios pe-

cuniários para tal. Na parte que tratava da igreja matriz, o relatório atacou os que impediam o desenvolvimento da cidade. O discurso demonstra um tom forte, "vibrante" como se refere João Belém (1933, p. 1280) ao qualificar o dito relatório. Assim expuseram os vereadores:

No cumprimento de seu dever e para executar os artigos de seu código de posturas, por mais de uma vez esta Câmara recorreu ao presidente da Província e ao bispo diocesano, pedindo para ordenarem a remoção das imagens do culto católico, que estão na igreja matriz, para uma Capela do Espírito Santo, por estar esse Templo em estado de completa ruína. Foi em vão, exmos. srs., porque desgraçadamente em nossa pátria os poderes superiores acorrentados ao funesto princípio jesuítico, desprezaram neste assunto a vontade popular, manifestada por seus representantes, somente porque o pároco desta freguesia, negando a verdade, afirmou que as escoras de madeira que seguram a Igreja Matriz, dão-lhe inteira segurança "razão porque o seu desabamento não será próximo!"³⁰

Se "funesto princípio jesuítico" se referia a um tipo de autoritarismo que não dava ouvido à vontade popular, sentiram-se ainda mais perplexos em não ter do padre Marcelino Bittencourt o apoio necessário. Em um misto de desabafo e de indignação, continuaram:

Que espetáculo apresenta o Templo católico desta cidade, todo escorado, ameaçando desabar a todo o momento, porque os poderes superiores da Província, a quem pedimos a remoção das imagens para uma nova capela, não se dignaram atender aos reclamos desta municipalidade, e continua esse montão de pedras soltas servindo de espantinho aos transeuntes, e atestando o desrespeito às posturas municipais e à religião do cristianismo! Quando o luto se estender pela cidade devido ao desabamento desse Templo, em cima dos fiéis, fazendo-os cadáveres; quando se realizar a hecatombe, não se dirá, exmos. srs., que a câmara municipal deixou de cumprir o seu dever, chamando vossa atenção para tão delicado assunto.³¹

Os vereadores queriam atingir vários alvos: diretamente, o pároco local, o bispo e o governo

²⁷ Opinião presente em: PINHEIRO, Vicente Ferreira da Costa [Ofício]. Destinatário: Joaquim Galdino Pimentel, Presidente da província do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2 jan. 1889. Livro de registro de ofícios expedidos do bispado do Rio Grande do Sul, 27 de outubro de 1887 a 19 de junho de 1897, p. 46 e 46 verso. AHCMPA.

²⁸ Sobre a burocracia do Estado Imperial brasileiro, as obras de Carvalho (1996, 1999) são relevantes, servindo para entendermos as estruturas de atuação administrativa do Império.

²⁹ CÂMARA MUNICIPAL de Santa Maria, [Relatório]. Destinatário: Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, 1885 (apud BELÉM, 1933, p. 128-129).

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

provincial; e, indiretamente, a estrutura administrativa imperial. O documento, possivelmente, também foi uma forma de afrontar o governo conservador instalado em Porto Alegre.³² Os vereadores locais, assim como alguns párocos de Santa Maria anteriores ao vigário Marcelino Bittencourt, vinham há tempo pedindo verbas para que a matriz fosse reformada, inclusive indicando ao governo provincial de onde poderia vir o dinheiro. Contudo, naquele momento (década de 1880), o governo se mostrou contrário à proposta.³³ Mas nem sempre foi assim, pois, retrocedendo um pouco no tempo, veremos que uma das preocupações centrais dos governos era, justamente, reformar ou construir igrejas na província sul-rio-grandense. Algum dinheiro era enviado para as Câmaras Municipais e/ou irmandades, porém, essas nem sempre comprovavam como haviam investido os valores.

Pesquisando as correspondências dos párocos enviadas a presidentes da Província, nas décadas de 1840 e 1850, encontramos muitos pedidos de verbas para construção ou reforma de templos. Uma igreja matriz significava, dentre outras coisas, a presença do Estado nas vilas e povoados do Brasil, e o pároco, como funcionário público, deveria se empenhar na edificação do templo. Essa era uma forma de organização que unia "o Altar ao Trono",³⁴ ou ainda, a Igreja subordinada ao Estado.³⁵ As estatísticas de gastos da província com as igrejas matrizes mostram o despendi-

mento do executivo e do legislativo em liberar verbas para tais prédios.³⁶ Poderíamos citar casos de vários locais do Rio Grande do Sul que tinham suas matrizes em ruínas e que constantemente demandavam dinheiro para reformas, como as paróquias de Cruz Alta, Lavras do Sul, Vacaria, Alegrete, São Borja, Taquari, Bagé, Rio Pardo. Mas, como exemplo, fiquemos na então Vila de Santa Maria da Boca do Monte, entre 1846 e 1854.³⁷

Pelo decreto n.º 59 do orçamento provincial de 02 de junho de 1846, ficava autorizado o envio de um conto de réis para reparos na igreja matriz de Santa Maria, recurso que seria gerido pela Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento na pessoa de seu provedor Francisco Ribeiro Pinto e demais membros.³⁸ A quantia de um conto de réis chegou aos cofres da Irmandade em meados de 1847, dinheiro esse que serviria para a reforma do templo em sua parte interna, para reboco do teto, já que em dias de cerimônia caíam "imundices que incomodavam o povo e sujavam os altares".³⁹ Porém, quando o governo, três anos depois, cobrou o uso do dinheiro, a Mesa da Irmandade argumentou que a obra ainda estava por ser concluída e não se podia fazer mais por falta de recursos. Para tal, pediam mais um conto de réis para reparar as paredes, já que uma delas estava "danificada, principalmente a do frontispício cuja porta, tendo apodrecido, resultou o desmoronamento do arco".⁴⁰

Como se percebe, em meados do século XIX,

³² Segundo Piccolo (1991, p. 59), de 1885 até junho de 1889, o Rio Grande do Sul teve como presidentes somente homens do Partido Conservador, o que causava uma antinomia, pois os liberais eram maioria na Assembleia Legislativa. Desse modo, entende-se a antipatia que se originava nos vereadores de Santa Maria contra o governo provincial, pois a Câmara Municipal era composta por maioria liberal e simpatizava com a postura do Senador Gaspar Silveira Martins, que era contra a ação despótica dos conservadores e criticava o uso que o Imperador fazia da máquina estatal visando quebrar as resistências. A respeito da composição de maioria liberal na Câmara Municipal de Santa Maria às vésperas do golpe republicano de 1889, consultar: BELÉM, 1933; e BELTRÃO, 1958.

³³ No dia 27 de junho de 1883, a Câmara de Vereadores pediu permissão ao presidente da província para usar uma verba de loteria para consertar a igreja matriz. No dia 13 de julho veio a resposta negativa do presidente, argumentando que tal verba não poderia ser usada para os referidos fins. Atas da Câmara Municipal. Anos de 1882 a 1886, livro 3, p. 63 e 80. ACMSM.

³⁴ A frase "O Altar unido ao Trono" faz referência ao período do Segundo Reinado quando Igreja e Estado se confundiam na administração e na burocracia do Império AZZI (1994).

³⁵ Herança da colonização portuguesa, "o padroado era um dos pilares que sustentavam as estruturas de poder que garantiam constitucionalmente a interpenetração entre a religião e a sociedade, a Igreja e o Estado, enfim, entre o sagrado e o profano." O poder político era exercido em nome da religião. Os monarcas eram também chefes da Igreja (AZEVEDO, 1999, p. 340).

³⁶ Documentos diversos localizados nas pastas: Assuntos Religiosos e Correspondências das Câmaras Municipais, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs.

³⁷ Os documentos a seguir se encontram no AHRs, Assuntos Religiosos, Maço 14, Caixa 7, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento, Santa Maria, anos 1846, 1850, 1852 e 1854.

³⁸ Oficialmente, a Irmandade foi reconhecida pelo governo e bispado somente em 1859. Entende-se, portanto, que antes dessa data ela funcionava em caráter extraoficial, o que não impedia que seus membros tivessem as obrigações normais de uma irmandade oficial. Era Irmandade de fato, mas não ainda de direito.

³⁹ MESA DA IRMANDADE [Ofício]. Destinatário: Governo da Província do RS, 10 ago. 1850, AHRs, Assuntos Religiosos, Maço 14, Caixa 7, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento, Santa Maria.

⁴⁰ Idem.

a matriz de Santa Maria já apresentava sinais de desgaste, ameaçando desabar uma das paredes – possivelmente a mesma parede que seria escorada com vigas de madeira a mando do padre Marcelino Bittencourt e que visualizamos no desenho da Figura 1. Porém, um conto de réis não foi suficiente para deixá-la em bom estado, por isso o pedido por mais dinheiro.

A Mesa da Irmandade continuou devendo ao governo os recibos que comprovassem os valores gastos com a reforma do teto. O presidente da província deve ter ficado surpreso quando o vigário de Santa Maria, Antônio de Almeida Leite Penteado, em abril de 1853, pedia mais dinheiro para reformar a “arruinada matriz da vila”. O padre não conseguiu quantia alguma e, novamente, o governo escreveu à Irmandade santa-mariense cobrando o uso que fizeram daquela verba de 1847. Obteve como resposta que o arco da matriz fora reformado, uma vez que havia desmoronado, mas não com o dinheiro do Estado, mas o da própria Irmandade, pois aquele valor de um conto de réis não cobria todas as despesas que a matriz demandara.⁴¹

Em 1856, o então pároco de Santa Maria, Antônio Gomes Coelho do Valle, juntamente com cidadãos locais, empenhou-se junto ao governo provincial para conseguir verbas para outra reforma da igreja. No relatório enviado ao presidente da província, o padre disse que na capela “tudo é antigo, e corresponde ao estado da Igreja, que livrando a podridão das madeiras, ainda pode durar bastantes anos, e enquanto se podem ajuntar materiais para a igreja nova”.⁴² Argumentou ter conseguido uma quantia para trocar o telhado e comprar alguns ornamentos e, após isso, pouco foi feito para dar manutenção à matriz de Santa Maria.

Evidentemente, essa constante demanda por

verbas para a matriz de Santa Maria não era um fato isolado. Ao buscar informações que esclarecesse essa situação, encontramos um contexto revelador: a maioria das matrizes da província estava em estado ruinoso,⁴³ e a falta de prestação de contas por parte das irmandades era uma prática comum, conforme se presume pela lei criada pelo presidente da província em 1853 e por um relatório do vice-presidente escrito em 1855.⁴⁴

Descontente com a inadimplência das irmandades, o presidente da província João Lins Cansanção de Sinimbú, em 1853, criou uma lei no intuito de poupar e racionalizar a aplicação dos recursos, fazendo com que a participação do Estado na edificação e na conservação dos templos fosse reduzida.⁴⁵ Essa lei era uma tentativa de criar uma parceria entre o governo e as Irmandades para a construção de novas igrejas, ficando o primeiro responsável pela edificação da Capela-Mor, e as segundas, pela nave ou “corpo” do templo. Além de haver a necessidade de conter despesas, o intento maior era o de fiscalizar melhor a distribuição do dinheiro para que os materiais comprados não se perdessem, fossem roubados ou desperdiçados.

Ao que parece, por mais bem intencionado que estivesse o governo, a desorganização continuou, pois, após dois anos, o vice-presidente provincial fez nova denúncia das verbas destinadas para a manutenção e a construção de matrizes, dizendo que, entre 1846 até 1853, saiu dos cofres públicos a quantia de duzentos e setenta e seis contos e trezentos mil réis para aquele fim. Terminou seu relatório afirmando “que poucas igrejas têm sido completamente reparadas e nenhuma, das que foram iniciadas depois daquela época, está hoje concluída”.⁴⁶

⁴¹ MESA DA IRMANDADE [Ofício]. Destinatário: Governo da Província do RS, 26 maio 1854, AHRS, Assuntos Religiosos, Maço 4, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento, Santa Maria.

⁴² VALE, Antônio Gomes Coelho do [Ofício]. Destinatário: Governo da Província do RS, Santa Maria, 22 mar.1856, AHRS, Assuntos Religiosos, Maço 22, Caixa 11. O orçamento para as reformas ficou em um conto e seiscentos mil réis (1.600\$000). As pessoas que estavam ao lado do vigário Coelho do Vale presidindo a comissão para a reforma da matriz foram: Joaquim José Edolo de Carvalho, Joaquim Thomas de Bem Salinas, Anastácio José Machado e João Antônio da Silva Cezimbra.

⁴³ Ao assumir o cargo de bispo do Rio Grande do Sul, em 1853, Dom Feliciano Rodrigues Prates preparou um relatório circunstanciado sobre o estado das igrejas matrizes nas diversas paróquias da província. Entregou ao governo denunciando a situação nada lisonjeira das igrejas matrizes. O bispo seguinte, Dom Sebastião Dias Laranjeira, a partir de 1860, solicitava constantemente ao executivo verbas para construção ou manutenção das matrizes. Além dos documentos do Arquivo Histórico do RS, sugiro a leitura da obra de: Hastenteufel (1987) como síntese para aquele que se interessar por tal questão.

⁴⁴ OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves de [Relatório]. Destinatário: Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 18 ago. 1855.

⁴⁵ SININBÚ, João Lins Cansanção de. [Relatório]. Destinatário: Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1853.

⁴⁶ OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves de [Relatório]. Destinatário: Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 18 ago. 1855.

Ao não enviarem os recibos dos gastos ao governo, poderia se pensar que as verbas para as matrizes ou eram mal aplicadas pelas irmandades, ou não eram de todo destinadas às obras. Desse modo, ao negar recursos para reforma de igrejas matrizes – já estamos falando da década de 1880 – o governo expressava um descontentamento que vinha de longa data com relação ao mau uso do dinheiro público por parte das irmandades e administrações públicas municipais. O estado ruinoso da matriz de Santa Maria, portanto, era o próprio sintoma de uma relação que não vinha produzindo resultados satisfatórios, tanto para a Igreja quanto para o Estado.⁴⁷ Além disso, as sucessivas queixas dos presidentes de província sugerem, mas não confirmam, que as irmandades eram irresponsáveis ao não fornecerem a contrapartida dando recibos que comprovassem o uso do dinheiro público. Desse modo, a demolição da velha igreja, em dezembro de 1888, pode ser interpretada como um episódio simbólico, embora local, do desmoronar de um sistema político-administrativo há tempos ineficiente e desacreditado.

O sentido de modernidade: modificar para conservar

Junto à remodelação urbana almejada pelos vereadores santa-marienses, estava em seus planos a edificação de um novo templo que servisse de matriz, maior em tamanho e esteticamente de acordo com a prosperidade da cidade.⁴⁸ Contudo, por ser uma obra que demandaria muito dinheiro, exigindo desprendimento e organização dos santa-marienses, a nova matriz demoraria mais de uma década para sair dos planos e virar realidade.

Esse longo tempo deve ser atribuído ao momento histórico pelo qual passou o Brasil nos anos de 1890, década de mudanças políticas e conflitos variados que impediram a planificação e a execução de muitos projetos. Construir uma matriz não era uma tarefa de poucos e nem algo simples.

No ano de 1895, recém-finda a Revolução Federalista,⁴⁹ a então Intendência Municipal de Santa Maria aprovou a compra de um terreno onde se construiria a nova igreja Matriz.⁵⁰ Porém, essa nova igreja seria colocada ao lado da Avenida do Progresso – atual Avenida Rio Branco –, não figurando mais como único marco definidor do espaço. Teria que competir com outros símbolos, como o Teatro Treze de Maio, por exemplo. Isso equivale dizer que a Igreja católica perdia o monopólio de guia dos destinos da sociedade, uma vez que o homem “libertava-se” dessa instituição para seguir seu próprio caminho. Enquanto processo histórico, a secularização, surgida do Iluminismo do século XVIII, significava questionar a religião como único referencial para compreender o mundo e a humanidade. As ideias seculares ligavam-se à razão, deixando de lado a influência de Deus para abrir espaço para que o *Progresso* se realizasse por meio da ação humana (DUPAS, 2006, p. 43). Por outro lado, levando em consideração a força da tradição brasileira, o catolicismo deveria ser respeitado, pois era a “religião de nossos maiores”, afirmavam os vereadores santa-marienses.

Em dezembro de 1888, logo após a velha igreja ter sido desmontada, Santa Maria ficou sem uma matriz católica, mas não sem espaços de vivência religiosa. Durante todo o processo que envolveu o caso da demolição da velha matriz (1884 a 1888),

⁴⁷ Esse fato é uma maneira prática de entender como funcionava o Padroado. Significava que as despesas com o culto católico eram todas de alçada do Estado. Isso quer dizer que padres eram pagos pelo Estado e a construção ou reforma de igrejas matrizes eram de responsabilidade deste mesmo Estado. O Padroado deixava a Igreja em uma quase total dependência em relação ao poder civil. As relações entre Igreja e Estado no período imperial brasileiro foram analisadas por muitos autores, mas, aqui, destaco a produção de Riolando Azzi (1994) e Caio César Boschi (1986).

⁴⁸ Os vereadores, ao argumentarem com o bispo que a velha matriz deveria ser demolida, sempre cuidaram em afirmar que estava nos planos construir uma nova igreja, maior em tamanho e esteticamente de acordo com a prosperidade da cidade. Documentos no AHCMPA e ACMSM.

⁴⁹ Guerra Civil que ocorreu nos três estados do sul do Brasil entre 1893 e 1895. De um lado estavam os federalistas, antigos liberais do Império, que pretendiam um modelo político descentralizado, parlamentarista, com maior autonomia para os governos regionais; do outro, os republicanos positivistas, de caráter autoritário, que contaram com o apoio de última hora dos antigos conservadores. Os republicanos acabaram ganhando o conflito (FLORES, 1993; PICCOLO, 1995; BOEIRA, 1996).

⁵⁰ O terreno comprado custou, para os cofres do município, dois contos de réis (BELTRÃO, 1958, p. 98), e é justamente onde está hoje a Catedral de Santa Maria. A compra foi autorizada pelo então intendente municipal Francisco de Abreu Vale Machado. O padre Aquiles Catalano, por sua vez, presidia a comissão responsável pela edificação da nova matriz (RUBERT, 1957, p. 40).

os leigos da Irmandade do Divino Espírito Santo estavam empenhados na construção de uma capela que servisse de matriz enquanto uma nova igreja não saísse dos planos. E de fato foi assim até o ano de 1909, data da inauguração da nova matriz.

Entretanto, a capela do Divino era um templo pequeno e simples localizado na Avenida do Progresso, no centro da cidade onde aconteciam todas as funções ligadas à religião e à religiosidade. Nela seria realizada a missa da tradicional festa do Divino Espírito Santo, em fins de Maio, ocorrendo encontros como novenas e procissões. Em frente à capela, aconteciam banquetes ao ar livre, bailes, fogos de artifício, "leilões do Divino" e venda de produtos nas barracas montadas na própria Avenida.⁵¹ Iniciada em 1881 e concluída em 1887, a Capela do Divino Espírito Santo – obra e propriedade dos leigos – é um forte indicativo de que as práticas católicas mereciam ser preservadas enquanto tradição e função social, pois agregava a população em suas muitas tarefas. A Festa do Divino mobilizava os habitantes durante vários meses que antecediam o evento, gerando expectativas e reforçando os laços de sociabilidade (ABREU, 1999).

Com base nessas informações, destaca-se, contudo, o sentido de modernidade pretendido por muitos vereadores: transformar, não eliminar. E foi isso que aconteceu com as práticas devocionais da Santa Maria do século XIX. As festas do Divino Espírito Santo, a de Nossa Senhora do Rosário e a concorrida Romaria ao Cerro do Campestre,⁵²

foram manifestações da religiosidade popular que uniam o sagrado e o profano de tal modo que eles não se distinguiam. Administradas pelos leigos,⁵³ as práticas religiosas possuíam objetivos variados, onde os fiéis mantinham relações com o sagrado visando conseguir bênçãos especiais ou curas milagrosas.⁵⁴ Podia ser uma religião "carnavalizada", segundo alguns estrangeiros que visitaram o Brasil,⁵⁵ "supersticiosa" para outros, mas cumpria uma função social das mais importantes.

Esse tipo de manifestação religiosa não se extinguiria apesar das expectativas geradas a partir da chegada da ferrovia na década de 1880 e do estabelecimento de padres europeus na cidade no ano de 1896.⁵⁶ No modelo de modernidade das elites brasileiras a religião ainda tinha um papel a exercer. Essas elites, que se confundiam aos grupos dirigentes, entenderam que o catolicismo era necessário enquanto freio moral ao povo e também como patrocinador de novas formas de vivência religiosa, mais ao gosto das classes abastadas que tinham seus olhos voltados ao modelo religioso europeu, que destacava, dentre outros pontos, os Sacramentos e a interiorização da fé (ISAIA, 1998).⁵⁷

Embora se aceite a premissa de que a nova igreja não figuraria mais como um único marco definidor da cidade moderna republicana, já que o contexto de surgimento da República pressupunha a laicidade e a separação Igreja/Estado, como colocado pela Constituição de 1891, mesmo assim a Intendência Municipal aceitou utilizar

⁵¹ Conjunto de fotografias presente em obra inédita de Getúlio Schilling (1943). Não obtivemos autorização para publicar tais fotos. Este conjunto documental está em: Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria.

⁵² Maior romaria católica do Rio Grande do Sul até o início do século XX. Testemunhos desta festa em diversas ocasiões, os historiadores João Borges Fortes, Hemetério José Veloso da Silveira e João Belém foram eloquentes em declarar a importância da romaria do Campestre dentro do calendário religioso do Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do XX. Cf. FORTES, 1902; SILVEIRA, 1979; BELÉM, 1933.

⁵³ Para entender como os leigos dirigiam a religião no período colonial brasileiro, fundamental o livro de Boschi (1986).

⁵⁴ Sobre o catolicismo popular e sua formação no Brasil, ver: Hoornaert (1974) e Azzi (1977).

⁵⁵ Dentre tantos estrangeiros que visitaram o Brasil no século XIX, os mais conhecidos e citados pela historiografia são: Saint-Hilaire (1974) e Avé-Lallement (1980). Podemos encontrar uma síntese de relatos de vários viajantes que passaram por Santa Maria ao longo dos séculos XIX e XX no livro organizado por Marchiori e Noal Filho (2007).

⁵⁶ Refere-se aos padres da Congregação dos Palotinos. Chegaram em 1886 ao Brasil, primeiro ocupando espaço entre imigrantes italianos na Colônia Silveira Martins para, posteriormente, assumirem o controle da paróquia de Santa Maria. Sobre os padres palotinos, indicam-se dois trabalhos: Vendrame (2007) e Biasoli (2010).

⁵⁷ Evidentemente, a chamada Primeira República no Brasil foi um período de grandes festas religiosas públicas, o que não quer dizer que estas festas religiosas realizadas no espaço público eram contrárias ao modelo religioso europeu. Do mesmo modo, as festividades públicas não podem ser automaticamente vinculadas ao catolicismo popular/devocional, uma vez que eram controladas pelo clero. Este assunto é complexo e exigiria uma análise mais demorada. Tal aprofundamento pode ser encontrado em autores como: Azzi (1977); Abreu (1999); Isaia (1998).

dinheiro público para compra de um terreno para construção da nova matriz.⁵⁸ Analisando tal situação, o catolicismo, embora não mais monopolista, teve que “competir” com outras religiões, contando, para isso, com apoio significativo das sociedades locais e, também, do Estado, por meio de subvenções (ISAIA, 1998). Isso pode ser observado pelo terreno comprado com recursos públicos e que foi doado à Igreja. Situado em um dos lados da Avenida, sacralizou aquele espaço e

marcou a presença do catolicismo na área central.

Na Figura 2, no círculo vermelho, a localização exata de onde estava a antiga igreja matriz de Santa Maria. A presença da igreja atravancava a modernidade que se queria construir e que de fato se consolidou como pode ser visualizado pela Avenida Rio Branco, com 44 metros de largura, a Praça arborizada e a nova Catedral Católica nesta fotografia de 1924.

Figura 2 – Santa Maria do Progresso



Fonte: Reprodução do acervo de imagens do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria/RS.

Considerações finais

A velha matriz, desmontada em 1888, pertencia ao Estado,⁵⁹ ou antes, ao arruinado sistema político-administrativo imperial. A matriz foi ao chão antecedendo em alguns meses a queda da Monarquia. Como procuramos destacar nesse artigo, o processo que levou o templo à ruína era um reflexo, local, de uma união entre Estado e Igreja que apresentava

desgaste. Por outro lado, a Capela do Divino, mas também as Capelas de Nossa Senhora do Rosário e a de Santo Antão Abade, no Cerro do Campestre, eram a própria essência da religiosidade brasileira, pertencentes a irmandades e não ao Estado, e seriam úteis para fins diversos. Estavam em pé e em bom estado de conservação, por isso foram preservadas pelos vereadores locais.

⁵⁸ Não há notícias/fontes de que a Intendência tenha contribuído com recursos públicos para instalação de outras denominações religiosas. Sabe-se, contudo, que permitiram o proselitismo de anglicanos e metodistas na cidade. No caso dos Anglicanos, estes ergueram sua igreja em frente à católica, do outro lado da Avenida Rio Branco, entre 1905 e 1907. Para mais informações a respeito, consultar: Karsburg e Vendrame (2005).

⁵⁹ A quantia de duzentos e cinco mil réis arrecadada no ato da hasta pública em 20 de dezembro de 1888, paga por João Daudt Filho, foi recolhida ao Estado porque a igreja não pertencia a qualquer Irmandade ou Congregação Religiosa. Cf. Recibo de pagamento da Câmara Municipal de Santa Maria, APERS, Testamentos, Santa Maria, ano 1888, Maço 3, n. 143.

Ao se investigar o caso que redundou na demolição da velha matriz poderíamos entender que todo esse debate entre políticos locais e membros da Igreja era expressão de uma disputa entre o moderno e o antigo, ou ainda, entre a secularização e a religião. E de fato poderia ser, já que alguns vereadores, que estavam envolvidos diretamente na derrubada da matriz em Santa Maria, almejavam uma diminuição do poder da Igreja católica na cidade. Por outro lado, imaginar que eram inimigos da religião pode ser um pensamento apressado, superficial. Entendemos que os vereadores, ao decidirem pela derrubada da velha matriz, procuravam, como primeiro objetivo, a transformação física do espaço urbano – tudo impulsionado pela expectativa e chegada da ferrovia ao município. Anteriormente à decisão pela demolição, planejavam a ampliação da rua que ligava o centro da cidade ao local onde seria construída a estação de desembarque de passageiros da ferrovia, e, do mesmo modo, havia um plano de embelezamento da Praça da Matriz. A maior parte dos vereadores era de homens que tinham em seu horizonte a expectativa da modernidade, mas nem todos objetivavam que se extinguisse o culto católico, antes que fosse reformado.

Vereadores queriam uma transformação urbana da cidade e das práticas devocionais para deixá-la mais de acordo com a ideia de modernização que se tinha. O ideário liberal no Brasil buscava o fim da religião de Estado e o incentivo à pluralidade religiosa. Os mesmos vereadores que autorizaram a derrubada da matriz vinham batalhando pela liberdade de culto aos protestantes, por exemplo, há algum tempo.⁶⁰ Não surpreende, portanto, que os vereadores tenham entrado em rota de colisão com o padre Marcelino e o bispo Dom Sebastião, pois o contexto brasileiro do final do Império estava propício ao enfrentamento.

Por fim, ressaltamos o que apresentamos na introdução, ou seja, que toda e qualquer análise histórica deve envolver o máximo de elementos contextuais para que não se incorra no erro de

condicionar este ou aquele fato a um único determinante. É necessário evitar reducionismos e, ao mesmo tempo, generalizações. No caso aqui analisado, seria apressado pensar que a demolição da matriz se explicaria unicamente pela oposição entre políticos liberais e Igreja católica. Ao autorizarem a derrubada da velha matriz não era contra a religião que os vereadores se colocavam, antes contra o sistema administrativo monárquico e a símbolos que a ele estivessem ligados. A velha matriz era entendida como um ícone dessa ligação que não tinha mais razão de existir, devendo dar lugar a uma nova configuração de poder, onde a religião católica, embora ainda importante, não seria a única referência para as sociedades.

Referências

ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ATAS da Câmara Municipal. Anos de 1888 a 1892, livro 4, p. 34 verso. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria – ACMMSM.

ATAS da Câmara Municipal. Anos de 1882 a 1886, livro 3, p. 63 e 80. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria – ACMMSM.

AVÉ-LALLEMENT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

AZZI, Riolando. *Catolicismo popular e autoridade eclesial na evolução histórica do Brasil. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 125-149, maio, 1977.

AZZI, Riolando. *O Altar unido ao Trono: um projeto conservador*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

BELÉM, João. *História do município de Santa Maria – 1797-1933*. Porto Alegre: Selbach, 1933.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787 – 1930*. Santa Maria: Editora Pallotti, 1958.

BERMANN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIASOLI, Vitor Otávio F. *O Catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte (Rio Grande do Sul - 1870/1920)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

⁶⁰ Algumas das afirmações aqui presentes certamente precisariam de maior aprofundamento. Contudo, isso extrapolaria os limites e propostas deste artigo. Vale ressaltar, novamente, que esta pesquisa faz parte de uma investigação maior que tem por objetivo analisar a criação e crescimento das dioceses no sul do Brasil.

BITTENCOURT, Marcelino de Souza [Correspondência]. Destinatário: Bispo dom Sebastião Dias Laranjeira, Santa Maria, 15 mar. 1885. Pasta da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria. Documentos avulsos. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

BITTENCOURT, Marcelino de Souza [Requerimento]. Destinatário: Presidente da Província, Santa Maria, 18 maio 1887. Fundo Requerimento. Maço 249. Ano 1887. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). RS: cultura e ideologia. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

BOEHRER, George C. A. A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. (org.). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CÂMARA MUNICIPAL de Vereadores de Santa Maria [Ofício]. Destinatário: José Maria Gonçalves Chagas, juiz Provedor de Capelas de Santa Maria, Santa Maria. Atas da Câmara Municipal. Anos de 1888 a 1892, livro 4, p. 34 verso. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria – ACMSM.

CÂMARA MUNICIPAL de Vereadores de Santa Maria [Relatório]. Destinatário: Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, Santa Maria, 1885.

CAMBOIM FILHO, Francisco José Ferreira [Ofício] Destinatário: Vice-presidente da Província, Santa Maria, 5 set. 1887. Pasta da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria. Documentos avulsos. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CATALANO, Aquiles Parrela [Correspondência]. Destinatário: Bispo dom Sebastião Dias Laranjeira, Santa Maria, 11 maio 1887. Pasta da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria. Documentos avulsos. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

CATALANO, Aquiles Parrela [Correspondência]. Destinatário: Câmara Municipal de Santa Maria, Santa Maria, 5 set. 1887. Pasta da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria. Documentos avulsos. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

CHAGAS, José Maria Gonçalves, juiz Provedor de Capelas da cidade de Santa Maria da Boca do Monte [Ofício]. Destinatário: João Daudt Filho, Santa Maria, 20 nov. 1888. Testamentos. Santa Maria. Ano 1888. Maço 3, n. 143. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – APERS.

COELHO DO VALE, Antônio Gomes [Ofício]. Destinatário: Governo Provincial, Santa Maria, 22 mar. 1856. Fundo Assuntos Religiosos, Maço 22, Caixa 11. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs.

CÓDICE A-5.101, 23 de abril de 1853. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003.

DAUDT FILHO, João. Memórias. 4. ed. In: SANTOS, Pedro Brum (org.). *Memórias*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003.

DESENHO em bico de pena da antiga igreja matriz de Santa Maria, 1884(?). Reprodução do acervo de imagens do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria – AHMSM.

DOCUMENTOS diversos nos Fundos: Assuntos Religiosos e Correspondências das Câmaras Municipais. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs.

DOMINGUES, José Maurício. *Interpretando a modernidade: imaginários e instituições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso; ou progresso como ideologia*. São Paulo: UNESP, 2006.

FLORES, Ana Paula Marquesini. *Descanse em paz: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*. Dissertação (Mestrado em História) -- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FLORES, Moacyr. 1893: Mudanças político-sociais. In: FLORES, Moacyr. *1893-95: A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FORTES, João Borges. Santa Maria da Boca do Monte, Cidade e Município. In: AZAMBUJA, Graciano A. de. *Anuário Rio-Grandense*. Porto Alegre: Krahe & Cia, 1902. p. 155-162. (Biblioteca do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul)

FOTOGRAFIA da Av. Rio Branco, com nova igreja matriz católica e praça, 1924. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria – AHMSM.

GOODWIN JR, James Willian. A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara municipal de Juiz de Fora. 1850-1888. *LOCUS: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 3, n. 1, 1997.

GOVERNO PROVINCIAL [Ofício]. Destinatário: Câmara Municipal de Santa Maria, Porto Alegre, 17 dez. 1887. Pasta da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria. Documentos avulsos. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

HASTENTEUFEL, Zeno. *Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Acadêmica, 1987.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800*. Ensaio de interpretação a partir dos oprimidos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1974.

ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira; VENDRAME, Maira Ines. Anglicanos, palotinos e a cultura política de Santa Maria (1883-1915). *Sociais e Humanas: Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria*, v. 18, n. 2, jul. /dez. 2005.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. 2. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980.

MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia. O sentido da modernidade no imaginário do século XIX, 2016. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/download/291/288>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MESA DA IRMANDADE de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento [Ofício]. Destinatário: Governo Provincial, Santa Maria, 10 ago. 1850. Fundo Assuntos Religiosos, Maço 14, Caixa 7, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento, Santa Maria. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs.

MESA DA IRMANDADE de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento [Ofício]. Destinatário: Governo Provincial, Santa Maria, 26 maio 1854. Fundo Assuntos Religiosos, Maço 4, Caixa 7, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento, Santa Maria. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs.

NASCIMENTO, Dorval do. Ecos da modernidade: ferrovia e cidade no sul de Santa Catarina. *LOCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, 2003.

OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves de. Vice-presidente da Província do RS [Relatório]. Destinatário: Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 18 ago. 1855.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Religião e participação política. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (org.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

PINHEIRO, Vicente Ferreira da Costa [Ofício]. Destinatário: Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Joaquim Galdino Pimentel, Porto Alegre, 2 jan. 1889. Livro de registro de ofícios expedidos do bispado do Rio Grande do Sul, 27 de outubro de 1887 a 19 de junho de 1897, p. 46 e 46 verso. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

PORTO, Júlio Gomes; NIEDERAUER, Frederico Guilherme; QUEIROZ, Basílio de; KREBS SOBRINHO, Frederico; KRUEL, José Carlos; ROTH, Jacob (vereadores) [Correspondência]. Destinatário: Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, Santa Maria, 15 jan. 1885. Pasta da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria. Documentos avulsos. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

QUEIRÓS, Basílio Francisco e HAEFFNER, Frederico [Relatório]. Destinatário: Câmara Municipal de Santa Maria, Santa Maria, 20 jun. 1884. Fundo Câmara Municipal. Livro documentos 1868 a 1889, n. 1. Documento 150. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria – ACMSM.

RADÜNZ, Roberto. *A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho do século XIX*. Caxias do Sul; Santa Cruz do Sul: EDUCS, EDUNISC, 2008.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa *et al.* O papel da ferrovia na mentalidade urbana de Santa Maria. *Revista Vidya*, Santa Maria, v. 1, n. 1, nov. 1996.

RECIBO de pagamento da Câmara Municipal de Santa Maria a João Daudt Filho (pelo arremate das pedras da antiga igreja matriz), Testamentos, Santa Maria, 20 dez. 1888, ano 1888, Março 3, n. 143. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – APERS.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RUBERT, Arlindo. *A Diocese de Santa Maria*. Santa Maria: Editora Pallotti, 1957.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974.

SCHILLING, Getúlio. *A arte fotográfica e o teatro em Santa Maria*. Santa Maria: Editora Pallotti, 2005.

SCHILLING, Getúlio. Texto inédito datilografado com fotografias de Santa Maria, 1943. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: ERUS, 1979.

SINIMBÚ, João Lins Cansanção de. Presidente da Província do RS [Relatório]. Destinatário: Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1853.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

VENDRAME, Maira Ines. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

VENTURINI, Suellen; CERETTA, Thays. Lições de fé e devoção na Romaria da Medianeira. *Jornal Diário de Santa Maria*, Santa Maria, 13 nov. 2017. Disponível em: <http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policia/noticia/2017/11/licoes-de-fe-e-devocao-na-romaria-da-medianeira-9993719.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ZAMBON, Antônio Lídio de Mattos. As transformações urbanísticas de Santa Maria na passagem para o século XX. *Revista Vidya*, Santa Maria, v. 14, n. 24, jul./dez. 1995.

Alexandre Karsburg

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Instituto de História, PPGH, UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.